

**DP Brasil Participações Societárias S.A.**

CNPJ/MF nº 29.739.490/0001-24

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Nota	Controladora	Consolidado		Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis
		2025	2024	2025	2024					
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	3	2	27	20.474	7.951					
Títulos e valores mobiliários	3	120	149	120	149					
Contas a receber	4	-	-	23.730	33.941					
Estoques	5	-	-	755	5.469					
Impostos a recuperar	6.1	219	385	6.293	6.063					
Despesas antecipadas		1	-	2.241	1.346					
Outras contas a receber		-	-	1.693	1.239					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>342</b>	<b>561</b>	<b>55.306</b>	<b>56.158</b>					
<b>Não circulante</b>										
Impostos a recuperar	6.1	-	-	5.808	5.596					
Depósitos judiciais		-	-	1.558	1.054					
Outras contas a receber		-	-	4.827	5.115					
Investimentos	8	167.605	200.010	-	-					
Direito de uso de arrendamento	11	-	-	7.429	13.755					
Imobilizado	9	-	-	43.583	47.802					
Intangível	10	-	-	167.519	182.320					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>167.605</b>	<b>200.010</b>	<b>286.030</b>	<b>311.800</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>167.947</b>	<b>200.571</b>	<b>286.030</b>	<b>311.800</b>					
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores	70	5	5	8.158	20.945					
Risco sacado	13	-	-	3.806	5.960					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	19.922	28.116					
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	5.003	7.050					
Obrigações tributárias	6.2	2	1	3.049	3.139					
Partes relacionadas	7.1	135.869	-	132.605	-					
Arrendamento	11	-	-	2.389	4.412					
Receita diferida	15	-	-	12.875	-					
Outras contas a pagar	16	156	149	13.755	12.045					
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>136.097</b>	<b>155</b>	<b>201.562</b>	<b>81.667</b>					
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	31.613	19.162					
Obrigações tributárias	6.2	-	-	575	1.671					
Arrendamento	11	-	-	5.090	9.674					
Partes relacionadas	7.1	-	112.164	-	109.434					
Provisão para contingências	14	-	-	1.890	1.834					
Receita diferida	15	-	-	6.250	-					
Outras contas a pagar	16	-	-	7.200	106					
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>112.164</b>	<b>52.618</b>	<b>141.881</b>					
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>167.947</b>	<b>200.571</b>	<b>286.030</b>	<b>311.800</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**1. Contexto operacional** – A DP Brasil Participações Societárias S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), com sede na Avenida Bartolomeu Mitre, 336, Sala 702, Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$496.750 (R\$438.829 em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido negativo consolidado no valor de R\$146.256 (R\$25.509 em 31 de dezembro de 2024), bem como prejuízo apurado no exercício findo nessa data no valor de R\$57.921 (R\$56.624 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, havendo, para os próximos exercícios, compromisso dos acionistas com a realização de aportes de recursos em montantes suficientes para suportar financeiramente suas atividades. A Companhia continua seu processo de expansão, com o entendimento de sua Administração que considera a situação circunstancial e projeta que o cenário financeiro da Companhia passará a ser revertido através do aumento da rentabilidade de lojas próprias, novos modelos de loja e abertura de novas franquias, de modo que a Companhia possa continuar gerando fluxo de caixa operacional nos próximos exercícios. A Companhia atua como holding que controla a plataforma de *food service*, operando restaurantes próprios, além de atuar como franqueadora, administrando a marca Domino's Pizza Brasil, como o único representante licenciado no Brasil. A Companhia é controlada da Vinci Capital Partners III A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que detém participação de 99,15% no capital social da DP Brasil Participações Societárias S.A. O outro acionista da Companhia é a empresa Sorrento Investments, LLC, que detém participação de 0,85% no capital social da DP Brasil Participações Societárias S.A.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas** – **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas:** Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas pela diretoria em 20 de abril de 2026. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Participação societária – %</b>		
<b>Direta</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Indireta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

DP Brasil Operações, Franquias e Participações Ltda. 100% - 100%  
 DP1 Restaurantes Ltda. - 100% - 100%  
 DP2 Restaurantes Ltda. - 100% - 100%  
 DP3 Indústria e Distribuição de Alimentos Ltda. - 100% - 100%  
 DPB Operações e Restaurantes Ltda. 100% - 100%

**2.3. Políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras:** a) **Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • Se tratar de caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. b) **Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	536.186	(10.040)	(382.205)	143.941	1.319	145.260
Aumento de capital	1.321	-	-	1.321	(1.319)	2
Opções de ações outorgadas	-	517	-	517	-	517
Transação com partes relacionadas	-	(903)	-	(903)	-	(903)
Prejuízo do exercício	-	-	(56.624)	(56.624)	-	(56.624)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	537.507	(10.426)	(438.829)	88.252	-	88.252
Opções de ações outorgadas	-	141	-	141	-	141
Prejuízo do exercício	-	1.378	(57.921)	1.378	-	1.378
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	537.507	(8.907)	(496.750)	(57.921)	-	(57.921)
				31.850	-	31.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstrações dos Resultados**

	Nota	Controladora	Consolidado		
		2025	2024	2025	2024
<b>Receita líquida</b>	18	-	-	190.429	231.176
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	19	-	-	(144.539)	(189.797)
Lucro bruto		-	-	45.890	41.379
Despesas gerais e administrativas	20	(713)	(1.712)	(64.890)	(76.122)
Despesas com vendas	20	-	-	(3.543)	(4.091)
Equivalência patrimonial	8.2	(32.592)	(42.233)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	20	6	6	6.623	10.755
Prejuízo antes do resultado financeiro		(33.299)	(43.939)	(15.920)	(28.079)
Receitas financeiras	21	17	708	3.594	1.926
Despesas financeiras	21	(24.639)	(13.393)	(45.519)	(30.245)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(57.921)	(56.624)	(57.845)	(56.398)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(76)	(226)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(57.921)</b>	<b>(56.624)</b>	<b>(57.921)</b>	<b>(56.624)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

	Controladora	Consolidado		
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(57.921)	(56.624)	(57.921)	(56.624)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(57.921)</b>	<b>(56.624)</b>	<b>(57.921)</b>	<b>(56.624)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo. • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. c) **Receita de contrato de cliente:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Vendas de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. **Prestação de serviços:** A receita de prestação de serviços de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais. **Receita de franchise fee de sub-franqueados:** O reconhecimento de receitas em relação ao *franchise fee* é reconhecido de acordo com o prazo estipulado de permanência da marca junto ao franqueado. **Receita de títulos e valores mobiliários:** A receita sobre os títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investimento. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado. d) **Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Ativos financeiros – mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia somente possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e outros ativos financeiros. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconheci-

	Controladora	Consolidado		
	2025	2024	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social			(57.921)	(56.624)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			(57.845)	(56.398)
Depreciações e amortizações	-	-	25.403	29.391
Resultado de equivalência patrimonial	32.592	42.233	-	-
Constituição de provisão para contingências	-	-	56	310
Rendimento, juros e variação monetária	24.549	12.584	36.159	21.314
Receita com repasse de lojas próprias	-	-	-	(3.600)
Perda com alienação de ativos	-	-	178	1.789
Baixa de contratos de arrendamento	-	-	(840)	(985)
Constituição da provisão para perdas esperadas sobre contas a receber	-	-	2.007	3.866
Plano de opção de ações	141	517	141	517
	(639)	(1.290)	5.259	(3.796)
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais</b>				
Contas a receber	-	-	8.203	(10.797)
Estoques	-	-	4.714	3.466
Impostos a recuperar	166	(51)	(442)	(808)
Depósitos judiciais	-	-	(504)	(21)
Outros	(181)	(7.472)	6.605	(10.737)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	65	(140)	(12.787)	(10.622)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(2.047)	(3.110)
Receita diferida	-	-	19.125	-
Obrigações tributárias	1	(20)	(1.262)	832
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(588)	(8.973)	26.865	(35.593)
<b>Atividades de investimento</b>				
Títulos e valores mobiliários	29	7.692	1.908	7.987
Repasse de lojas próprias	-	-	1.138	3.433

**DP Brasil Participações Societárias S.A.**

CNPJ/MF nº 29.739.490/0001-24

... continuação

ceiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. e) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo somente é registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. f) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. g) **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos líquidas das comissões pagas às mantenedoras de cartão de crédito e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas, a qual é constituída, quando identificado algum risco de recuperabilidade, considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota 4. h) **Estoque:** Os estoques de matérias-primas e embalagens são avaliados e demonstrados ao custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os insumos usados não processo de produção. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. Tendo em vista a característica dos estoques mantidos pela Companhia e suas controladas, a administração concluiu em suas análises sobre a não necessidade de constituição de provisão para perdas sobre o saldo de estoques. i) **Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota 9. A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas – líquidas". Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. j) **Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo do momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada, perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora da caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário à mudança na vida útil, de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os ativos intangíveis estão representados por ágio, licenças de uso de softwares, fundo de comércio, gastos com implantação de restaurantes, base de franqueados e contrato máster de franquia. k) **Impostos:** *Impostos sobre as vendas de produtos e serviços:* As receitas de venda de produtos e prestação de serviço estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas.

Impostos e contribuições	Sigla	Alíquota
Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ICMS	3,20%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	ISS	2,00%

Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de venda de produtos e serviços. **Imposto de renda e contribuição social – correntes:** A Companhia e suas controladas estão sob o regime de tributação do lucro real. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Em razão dos saldos relevantes acumulados pela Companhia e algumas de suas controladas que possuem suas apurações fiscais pelo regime de lucro real e da ausência de uma expectativa precisa quanto à geração de lucro tributável em um período razoável e em montantes suficientes para compensar os potenciais saldos de tributos diferidos ativos, a Companhia optou pela não constituição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo. l) **Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. m) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia classifica os juros pagos de empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento, tendo em vista que estes juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. n) **Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa são apresentados em reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. As transações em moeda estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, o Real, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da atualização dos saldos ativos e passivos resultantes da diferença entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e no encerramento dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado. o) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por

redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. p) **Arrendamentos:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 11. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos arrendamentos foi de 19,86% (16,27% em 2024). q) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança determina como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. q) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. r) **Novos pronunciamentos, que não estavam em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **CPC 26 (R1): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** O CPC 26 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* – PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O CPC 26 e as alterações nas outras normas são entradas em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 26 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: • A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado. • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio. • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures – MPMS); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com o CPC 26 (R1) e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. Atualmente, o CPC e suas entidades congregateadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis do CPC. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. **Alterações ao CPC 48 e ao CPC**

**40 (R1) – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu as alterações à CPC 48 e CPC 40 (R1) Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não acredita que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** a) **Avaliação do valor recuperável de ativos:** De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável de seus ativos. Caso tais evidências sejam identificadas, realiza-se um cálculo do valor recuperável do ativo e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável constitui-se provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável, quando aplicável. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macroeconômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. O principal ativo da Companhia que tem seu valor de recuperação anualmente testado no final de cada exercício social se refere ao ágio reconhecido por expectativa de rentabilidade futura, conforme apresentado na Nota 10. Os demais itens do ativo imobilizado e intangível são testados mediante a identificação de indicativos de perda, o que não ocorreu nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. b) **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	535	171
Bancos	1	4	126	1.078
Aplicação automática	1	23	19.813	6.702
Total de caixa e equivalentes de caixa <sup>(1)</sup>	2	27	20.474	7.951
Títulos e valores mobiliários <sup>(2)</sup>	120	149	120	149
	122	176	20.594	8.100

(1) Os equivalentes de caixa representam contas bancárias e aplicações financeiras, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são aplicações automáticas em bancos de primeira linha que podem, a qualquer momento, serem resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações possuem um rendimento médio de 90% a 102% do CDI (90% a 106% do CDI em 2024). (2) Os saldos referem-se a fundos de investimentos não exclusivos mantidos em bancos de primeira linha e possuem um rendimento médio de 101% a 103% do CDI (101% a 103% do CDI em 2024).

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Venda de produtos	10.085	20.315
Royalties e taxas	21.382	15.458
Operadoras de cartão de crédito	4.311	8.209
	35.778	43.982
Provisão para perdas de créditos esperadas	(12.048)	(10.041)
	23.730	33.941

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas, contabilizada como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	10.041	16.109
Constituição (reversão)	2.007	3.866
Baixas	-	(9.934)
Saldo final	12.048	10.041

A seguir, apresentamos o saldo do contas a receber com a venda de produtos, royalties e taxas a receber e os recebíveis com as operadoras de cartão de crédito, por idade de vencimento.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	21.558	28.927
Títulos vencidos	14.220	15.055
De 01 a 30 dias	2.919	4.731
De 31 a 60 dias	410	633
De 61 a 90 dias	520	718
De 91 a 180 dias	1.433	1.564
Acima de 180 dias	8.938	7.409
Total das contas a receber	35.778	43.982

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e recebíveis vencidos, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimento dos valores decorrentes de operações de venda de produtos e prestação de serviço. Com base nos requerimentos do CPC 48, a Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito dos montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, ajustada a fatores prospectivos específicos para os devedores, e para o ambiente econômico que afeta a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. Após a avaliação histórica para estimar a perda futura, a Administração da Companhia constituiu provisão para perdas de créditos esperadas no valor de R\$12.048 (R\$10.041 em 31 de dezembro de 2024). Por esse motivo, a Administração da Companhia entende que as contas a receber estão registradas pelos valores que representam a melhor expectativa de sua liquidação. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Importante mencionar que a carteira de clientes das controladas, exceto cartões de crédito, débito e refição, é basicamente composta de restaurantes franqueados da rede Domino's, que possuem suas relações comerciais regulamentadas através dos contratos firmados entre as partes. Os restaurantes inadimplentes podem ter seu crédito suspenso, para congelamento da dívida e posterior negociação, sendo as novas compras liberadas mediante pagamento antecipado.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima	601	4.902
Produtos para revenda	154	567
	755	5.469

6.1. **Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	1.084	2.218
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	1.747	1.563
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	7.711	5.843
Imposto de renda retido na fonte	219	385	784	897
Imposto de renda e contribuição social	-	-	758	882
Outros impostos	-	-	17	226
	219	385	12.101	11.629
Parcela circulante	219	385	6.293	6.063
Parcela não circulante	-	-	5.808	5.596

6.2. **Obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a recolher	1	-	230	235
Contribuição social a recolher <sup>(1)</sup>	-	-	711	711
ICMS a recolher	-	-	211	538
Imposto de renda pessoa jurídica <sup>(1)</sup>	-	-	844	1.896
INSS a recolher	-	-	1	143
ISS a recolher	-	-	53	76
CIDE a recolher	-	-	1.559	1.027
Outras	1	1	15	184
	2	1	3.624	4.810
Parcela circulante	2	1	3.049	3.139
Parcela não circulante	-	-	575	1.671

(1) O saldo em questão refere-se principalmente à controlada indireta que apresentou lucro tributável nos exercícios de 2025 e 2024.

continua ...



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/>



**DP Brasil Participações Societárias S.A.**

CNPJ/MF nº 29.739.490/0001-24

... continuação

7. Partes relacionadas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>7.1. Contas a pagar</b>				
Vinci Capital Partners III A FIP Multiestratégia (1)	132.605	109.434	132.605	109.434
DP Brasil Operações, Franquias e Participações Ltda. (2)	3.264	2.730	-	-
	<b>135.869</b>	<b>112.164</b>	<b>132.605</b>	<b>109.434</b>

Parcela circulante  
Parcela não circulante  
(1) Em 25 de abril de 2023, a Companhia emitiu 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures conversíveis, com o valor nominal unitário de R\$1 (mil reais) pelo montante total de R\$75.000, destinadas para reforço de caixa. Referidas debêntures possuem remuneração de 25% a.a. com vencimento em abril de 2026 em parcela única atualizada, e que foram totalmente integralizadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo atualizado das debêntures era de R\$132.391, sendo R\$36.278 (R\$17.427 em 2024) referente à atualização financeira e R\$15.416 (R\$16.793 em 2024) reconhecido no patrimônio líquido referente a opção de ação inclusa no contrato. O saldo remanescente de R\$214 refere-se a despesas pagas pelo acionista que serão reembolsadas futuramente. (2) Refere-se a conta corrente entre a controlada direta e a controladora, no qual foram transferidos recursos para quitação de certas obrigações, tais como juros de empréstimos.

7.2. Remuneração do pessoal-chave da administração	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pró-labore	2.412	2.664
Remuneração variável (incluindo bônus)	1.472	1.192
	<b>3.884</b>	<b>3.856</b>

**8. Investimentos – 8.1. Informações consolidadas das controladas diretas**

Controladas	31/12/2025			
	Informações financeiras resumidas das controladas		Patri-Resultado líquido do exercício	
	Participação societária	Ativo	Passivo	líquido
DP Brasil Participações, Franquias e Operações Ltda. (1)	100%	145.777	137.345	8.432 (20.225)
DPB Operações e Restaurantes Ltda. (1)	100%	179	4	175 (7)

Controladas	31/12/2024			
	Informações financeiras resumidas das controladas		Patri-Resultado líquido do exercício	
	Participação societária	Ativo	Passivo	líquido
DP Brasil Participações, Franquias e Operações Ltda. (1)	100%	72.761	44.286	28.475 (29.861)
DPB Operações e Restaurantes Ltda. (1)	100%	190	14	176 (6)

(1) Contempla as informações financeiras das investidas indiretas apresentadas na Nota 2.2. **8.2. Movimentação do investimento** – A movimentação do investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 se apresenta da seguinte forma:

	31/12/2025				
	Saldo inicial	Adições	Amortização	Equivalência patrimonial	Saldo final
DP Brasil Participações, Franquias e Operações Ltda. (*)	28.465	187	-	(20.232)	8.420
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	34.736	-	-	-	34.736
Ágio (alocado) pago na aquisição de controladas	136.809	(12.360)	-	-	124.449
	<b>200.010</b>	<b>187 (12.360)</b>	<b>(20.232)</b>	<b>(20.232)</b>	<b>167.605</b>

	31/12/2024				
	Saldo inicial	Adições	Amortização	Equivalência patrimonial	Saldo final
DP Brasil Participações, Franquias e Operações Ltda. (*)	58.338	-	-	(29.873)	28.465
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	34.736	-	-	-	34.736
Ágio (alocado) pago na aquisição de controladas	149.169	(12.360)	-	-	136.809
	<b>242.243</b>	<b>(12.360)</b>	<b>(29.873)</b>	<b>(29.873)</b>	<b>200.010</b>

(\*) Os saldos de equivalência patrimonial apresentados acima relacionados ao investimento da Companhia em sua controlada DP Brasil Participações, Franquias e Operações Ltda. consideram o efeito da amortização de certos ativos reconhecidos pela referida empresa como parte de combinações de negócios realizadas anteriormente.

9. Imobilizado	Consolidado			
	Taxa de depreciação a.a.	Custo	Depreciação	Líquido
Benefitórias em imóveis de terceiros	10%	30.122 (11.498)	18.624	
Móveis e utensílios	10%	6.752 (2.222)	4.530	
Máquinas e equipamentos	5% a 25%	24.089 (5.676)	18.413	
Equipamentos de informática	20%	11.582 (9.566)	2.016	
		<b>72.545 (28.962)</b>	<b>43.583</b>	

	Consolidado			
	Taxa de depreciação a.a.	Custo	Depreciação	Líquido
Benefitórias em imóveis de terceiros	10%	30.129 (8.503)	21.626	
Móveis e utensílios	10%	6.889 (1.622)	5.267	
Máquinas e equipamentos	5% a 25%	22.810 (4.048)	18.762	
Equipamentos de informática	20%	11.486 (9.339)	2.147	
		<b>71.314 (23.512)</b>	<b>47.802</b>	

10. Intangível	Consolidado			
	Taxa de amortização a.a.	Custo	Amortização	Líquido
Software	10%	38.979 (29.972)	9.007	
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	-	34.736	-	34.736
Fundo de comércio	10% a 20%	63 (25)	38	
Base de franqueados	14%	19.000 (19.000)	-	
Contrato de não competição	20%	8.500 (8.500)	-	
Contrato de master franqueado	5%	194.000 (71.133)	122.867	
Taxa de franquia	10% a 20%	1.843 (972)	871	
		<b>297.121 (128.942)</b>	<b>167.519</b>	

	Consolidado			
	Taxa de amortização a.a.	Custo	Amortização	Líquido
Software	10%	37.766 (25.868)	11.898	
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	-	34.736	-	34.736
Fundo de comércio	10% a 20%	63 (25)	38	
Base de franqueados	14%	19.000 (16.847)	2.153	
Contrato de não competição	20%	8.500 (8.500)	-	
Contrato de master franqueado	5%	194.000 (61.433)	132.567	
Taxa de franquia	10% a 20%	1.843 (915)	928	
		<b>295.908 (113.588)</b>	<b>182.320</b>	

10.1. Redução ao valor recuperável:	Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Software	37.766	1.213	-	38.979
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	34.736	-	-	34.736
Fundo de comércio	63	-	-	63
Base de franqueados	19.000	-	-	19.000
Contrato de não competição	8.500	-	-	8.500
Contrato de master franqueado	194.000	-	-	194.000
Taxa de franquia	1.843	-	-	1.843
Total do custo do intangível	295.908	1.213	-	297.121
Software	(25.868)	(4.104)	-	(29.972)
Fundo de comércio	(25)	-	-	(25)
Base de franqueados	(16.847)	(2.153)	-	(19.000)
Contrato de não competição	(8.500)	-	-	(8.500)
Contrato de master franqueado	(61.433)	(9.700)	-	(71.133)
Taxa de franquia	(915)	(57)	-	(972)
Total amortização acumulada	(113.588)	(16.014)	-	(129.602)
Intangível líquido	182.320	(14.801)	-	167.519

Conforme exigido pela norma contábil, a Administração da Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias e econômicas operacionais para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante desta perda, se houver. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo registrado referente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura era de R\$34.736. O valor recuperável da UGC (unidade geradora de caixa) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos consideram projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 5 anos. A Administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e as expectativas para o desenvolvimento do mercado. O cálculo da taxa de desconto (antes dos impostos), é derivado do custo médio ponderado de capital (CMPC).

O CMPC considera tanto o custo de dívida quanto de capital. O custo de capital é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos acionistas. O custo de dívida é baseado pelos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de desconto utilizada foi de 14,55% em 2024) e perpetuidade de 3,50% (3,60% em 2024). Os testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2025 não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data de avaliação.

**11. Arrendamentos** – A movimentação do direito de uso e do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi a seguinte:

	Consolidado
Movimentação do direito de uso	25.522 (6.088)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(5.679)
Adição (baixa) de contratos	13.755
Depreciação	(2.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.485)
Adição (baixa) de contratos	7.429
Depreciação	(3.485)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.429

	Consolidado
Movimentação do passivo de arrendamento	25.664 (7.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(7.073)
Adição (baixa) de contratos	(7.665)
Pagamentos	3.160
Juros	14.086
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.680)
Adição (baixa) de contratos	(4.515)
Pagamentos	1.588
Juros	7.479
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.479

	Consolidado
Passivo circulante	2.389
Passivo não circulante	5.090
	7.479

**12. Empréstimos e financiamentos**

	Consolidado
Cédula de Crédito Bancário (1)	39.538
FGI (2)	11.997
	51.535
	19.922
	31.613

(1) As Cédulas de Crédito Bancário possuem taxa de juros de 4,41% (Caixa), 5,35%, 5,65% (Banco do Brasil) e 5,00% (Itaú), apropriada diariamente e acrescidas de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI – Taxa Média – Over Extragrupo DI – B3). As captações foram obtidas junto ao Banco do Brasil, Caixa e Itaú, por meio das seguintes Controladas, conforme abaixo descrito: (a) Caixa – DP3 Indústria e Distribuição de Alimentos Ltda. com pagamentos em parcelas mensais a partir de 08/09/2025 e vencimento final em 23/08/2029; (b) Itaú – DP1 Restaurante Ltda. com pagamentos em parcelas mensais a partir de 04/05/2026 com vencimentos em 17/09/2026; (c) Banco do Brasil – DP3 Indústria e Distribuição de Alimentos Ltda. com pagamento em parcelas mensais a partir de 10/04/2026 e com vencimento final em 10/09/2028. (2) Os Contratos de Fundo Garantidor de Investimento possuem taxa de juros de 5,50% (Santander) e 6,17% (Banco C6) ao ano, apropriada diariamente e acrescidas de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI – Taxa Média – Over Extragrupo DI – B3). As captações foram obtidas junto ao Banco Santander e Banco C6, por meio das seguintes empresas, conforme abaixo descrito: (a) Banco Santander – DP3 Indústria e Distribuição de Alimentos Ltda. com pagamento em parcelas mensais a partir de 08/12/2023 e vencimento em 08/11/2027; (b) Banco C6 – DP3 Indústria e Distribuição de Alimentos Ltda. com pagamento em parcelas mensais a partir de 12/05/2025 e vencimento em 10/04/2026; (c) Banco C6 – DP1 Restaurante Ltda. com pagamento em parcelas mensais a partir de 17/04/2025 e vencimento em 17/05/2027. As parcelas de empréstimos e financiamentos divulgadas no passivo não circulante 31 de dezembro de 2025 e 2024 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	10.940
2027	18.166	5.617
2028	11.880	2.605
2029	1.567	-
	<b>31.613</b>	<b>19.162</b>

**12.1. Análise de sensibilidade:** A Companhia concentra o endividamento em Cédula de Crédito Bancário e Capital de Giro, cujas dívidas são caracterizadas por uma taxa pré-fixada acrescida da variação do CDI, bem como, taxa fixa sem a presença de Indexador, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a análise de sensibilidade dos principais passivos financeiros, expostos às variações de taxas de juros e aos índices inflacionários da Companhia e de suas controladas, e seus respectivos resultados do exercício, estão demonstrados para o período de 365 dias, para apropriação em despesas financeiras, conforme segue:

Descrição	31/12/2025		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Empréstimos e financiamentos	10,82%	13,52%	16,25%
Certificado de Depósito Interbancário	14,30%	17,90%	21,50%

Descrição	31/12/2024		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Empréstimos e financiamentos	7,04%	8,42%	9,84%
Certificado de Depósito Interbancário	15,00%	18,75%	22,50%

A análise de sensibilidade deve demonstrar o cenário de diferentes indexadores de ativos e passivos financeiros, conforme apresentado abaixo. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos financeiros aos quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram definidos três cenários diferentes e foi preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. A taxa CDI, conforme site oficial do Banco Central do Brasil, foi definida como o cenário provável, e a partir desse foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Indexador	31/12/2025				
	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	7,20%	10,70%	14,30%	17,90%	21,50%

Indexador	31/12/2024				
	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%

**13. Risco sacado**

	Consolidado
Banco Santander	-
Garson – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	3.806
	3.806

A modalidade de risco sacado foi captada pela Companhia com o objetivo de alongar o prazo de pagamento médio em 120 dias de alguns fornecedores. Os juros médios da operação foram de 2,09% a.m., que perfizeram o montante de R\$1.075 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$628 em 31 de dezembro de 2024), conforme Nota 22. Nessa operação, o fornecedor arrecada o valor integral original do produto e/ou serviço, enquanto a Companhia arca com os juros junto às instituições financeiras. **14. Provisão para contingências** – A provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da administração sobre os riscos conhecidos na data do balanço patrimonial considerados prováveis de perda, sendo a melhor estimativa para desembolso futuro da Companhia e de suas controladas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Companhia e suas controladas apresentam principalmente provisões para contingências fiscais e trabalhistas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado
31/12/2025	1.890
31/12/2024	1.834
31/12/2025	8.287
31/12/2024	8.287

A maior parte dos processos em que a Companhia figura no polo passivo refere-se a reclamações trabalhistas, de natureza pulverizada e individualmente não relevante. Adicionalmente, a Companhia foi autuada em processo de natureza tributária relacionado à importação de matéria-prima realizada por meio de trading company, em nome de sua controlada indireta DP3 Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Referido processo encontra-se classificado como de risco possível, envolvendo montante estimado de R\$ 1,189.

**15. Receita diferida**

	Consolidado
31/12/2025	-
31/12/2024	-

**17. Patrimônio líquido – Capital social:** O capital social da Companhia se apresenta da seguinte forma:

Razão social	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	Participação – %	Quantidade de ações	Participação – %
Vinci Capital Partners III A	980.664.744	99%	980.664.744	99%
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Sorrento Investments, LLC	8.328.687	1%	8.328.687	1%
	<b>988.993.431</b>	<b>100%</b>	<b>988.993.431</b>	<b>100%</b>

Não houve movimentação no capital social da Companhia em 2025 (R\$537.507). **Opção de compra de ações:** A Companhia possui um plano de opção de compra de ações segundo o qual as opções de subscrição das ações da Companhia foram outorgadas a alguns executivos. Não houve exercício das ações até a presente data, conforme descrito com maiores detalhes na Nota 23. A Companhia reconheceu R\$141 como despesa oriunda destas opções durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$517 em 31 de dezembro de 2024), refletindo as despesas com a prestação dos serviços por parte dos executivos cujas opções foram outorgadas. **Transação com partes relacionadas:** O saldo de R\$15.416 apresentado na reserva de capital como transação com partes relacionadas refere-se a diferença entre o valor justo da dívida das debêntures citada na Nota 7 e o valor total da dívida contratual, considerando os aspectos dos CPCs 48 e 39 referentes ao instrumento híbrido, prática de taxas de mercado e divulgação.

**18. Receita líquida**

	Consolidado
Receita de produtos e serviços	173.008
Receita de royalties/taxa de franquia	28.282
Receita de rebato e outras receitas (1)	14.185
Receita bruta de produtos e prestação de serviços	215.475
(-) Impostos sobre vendas	(13.197)
ICMS	(8.238)
COFINS	(540)
ISS	(1.789)
PIS	(23.764)

## DP Brasil Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 29.739.490/0001-24

... continuação

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais. b) **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis e aos empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil, Caixa, Itaú, C6 e Banco Santander, conforme divulgado na Nota 12. c) **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais

(principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. d) **Gestão do capital social:** A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores e credoras e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia e suas controladas em um fator médio ponderado. e) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia e suas controladas não terem recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse,

sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. **25. Eventos subsequentes** – Em 23 de fevereiro de 2026, foi aprovado o aumento de capital da DP Brasil Participações Societárias S.A. em R\$5.000, mediante a emissão de 140.215 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nesta data.

<b>Diretoria</b>
<b>Gabriel Simões Guioto Ribeiro</b> – Diretor sem designação <b>Orestes Miraglia Neto</b> – Diretor sem designação
<b>Contador</b>
<b>Thiago Cesar Fortes</b> – CRC-RJ 124.957/O-2

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

#### DP Brasil Participações Societárias S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DP Brasil Participações Societárias S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de administração, quando ele

nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2026.

**ERNST & YOUNG**  
Audítores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP 015.199/F

**Marcelo Felipe L. de Sá**  
Contador  
CRC-RJ 094.644/O

